

O ÍNDICE DE  
FEMINIDADE DA  
CEPAL SOB OLHAR  
DECOLONIAL  
E FEMINISTA  
NEGRO-LATINO-  
-AMERICANO

[DOSSIÊ]

**Yoná dos Santos**

*Universidade de São Paulo*

## [ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Este artigo propõe uma análise crítica do Índice de Feminidade da Pobreza (IFP) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), articulando feminismos negros e pensamento decolonial latino-americano. A partir da série histórica do índice (2001-2023) e de dados de 2018 desagregados por cor/raça e etnia no Brasil e na Colômbia, investiga-se como o IFP, ao operar com categorias universalizantes, reproduz a colonialidade do saber e do poder. Ao negligenciar vulnerabilidades e agências de mulheres negras, o índice reforça epistemologias eurocentradas. Defende-se a necessidade de considerar a racialização dos territórios, os legados da escravidão e a divisão sexual e racial do trabalho para construir leituras mais situadas da pobreza. A proposta é ampliar a compreensão das múltiplas dimensões da pobreza vivenciada por mulheres negras brasileiras e colombianas.

**Palavras-chave:** Feminismos negros. Colonialidade do saber. Feminização da pobreza. Mulheres negras. Cepal.

This study critically analyzes ECLAC's Fertility of Poverty Index (FPI), combining black feminisms and Latin American decolonial thought. Based on the a historical series (2001–2023) of the index and 2018 data disaggregated by race and ethnicity in Brazil and Colombia, this study explores how the FPI reproduces the coloniality of knowledge and power by operating with universalizing categories. By overlooking the vulnerabilities and agencies of Black women, the index reinforces Eurocentric epistemologies. This study argues for the need to consider territorial racialization, the legacies of slavery, and the sexual and racial division of labor to develop more contextualized readings of poverty. It aims to expand the understanding of the multiple dimensions of poverty experienced by Black women in Brazil and Colombia.

**Keywords:** Black feminisms. Coloniality of knowledge. Fertility of poverty. Black women. ECLAC.

Este artículo propone analizar críticamente el Índice de Femenidad de la Pobreza (IFP) de la Comisión Económica para la América Latina y el Caribe (CEPAL) a partir de la relación entre los feminismos negros y el pensamiento decolonial latinoamericano. Con base en la serie histórica del índice (2001–2023) y de datos desagregados de raza y etnia del año 2018 en Brasil y Colombia, se examina cómo el IFP, al operar con categorías universalizantes, reproduce la colonialidad del saber y del poder. Al desatender vulnerabilidades y agencias de mujeres negras, el índice refuerza epistemologías eurocentradas. Se defiende la necesidad de considerar la racialización de los territorios, los legados de la esclavitud y la división sexual y racial del trabajo para construir lecturas más situadas acerca de la pobreza. La propuesta busca ampliar la comprensión de las múltiples dimensiones de la pobreza vivida por mujeres negras brasileñas y colombianas.

**Palabras clave:** Feminismos negros. Colonialidad del saber. Feminización de la pobreza. Mujeres negras. CEPAL.

## Introdução

---

Este artigo parte da constatação de que os instrumentos de mensuração da pobreza – mesmo aqueles que se propõem a promover a equidade de gênero – operam dentro de uma racionalidade moderna-colonial, que reproduz categorias universais e naturaliza a inferiorização de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres negras. Esses grupos são frequentemente tratados como “desvios” em relação a uma norma universal implícita, marcada pela branquitude, masculinidade e ocidentalidade. Nesse sentido, o trabalho dialoga com a teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2005), além das contribuições de autoras e autores decoloniais como Maria Lugones (2008), Edgardo Lander (2000), Santiago Castro-Gómez (2005) e Arturo Escobar (2014).

Frequentemente percebida como “neutra” e “global”, essa racionalidade atua como uma estratégia de ocultamento de sua origem geopolítica, localizada na Europa (Maldonado-Torres, 2008). À luz da matriz colonial de poder (Quijano, 2005), compreende-se que a modernidade está fundada na naturalização de hierarquias epistêmicas e raciais que legitimam a exclusão de sujeitos não brancos dos regimes de saber e dos direitos sociais.

Ao mobilizar os aportes das feministas negras, como Lélia Gonzalez (2020b), Sueli Carneiro (2001), Betty Ruth Lozano Lerma (2010) e Mara Viveros Vigoya (2018), e suas críticas ao feminismo hegemônico – que parte do pressuposto de uma experiência universal de opressão entre as mulheres –, a pesquisa denuncia o apagamento das

vivências de mulheres negras na construção das métricas da pobreza. Defende, ainda, a interseccionalidade como uma ferramenta analítica indispensável para compreender como raça, classe, gênero, território e outros marcadores sociais se articulam na produção da desigualdade.

A partir desse marco teórico-crítico, delimita-se como objeto de estudo o Índice de Feminidad de la Pobreza (IFP) – traduzido para o português como Índice de Feminidade da Pobreza –, elaborado e divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Trata-se de um indicador construído com base na razão entre a proporção de mulheres e homens em situação de pobreza ou extrema pobreza, com idades entre 20 e 59 anos. A pobreza é definida, nesse contexto, como a insuficiência de renda para cobrir despesas alimentares e não alimentares essenciais, como moradia e transporte. Já a pobreza extrema, ou indigência, refere-se à insuficiência de recursos mesmo para satisfazer as necessidades alimentares básicas (Feres; Mancero, 2000, p. 19).

O banco de dados da Cepal disponibiliza informações para diversos países da região – incluindo Brasil, Colômbia, Argentina, México, Peru, Bolívia, Venezuela, Chile, entre outros –, permitindo recortes por área geográfica (nacional, urbana e rural) e por tipo de pobreza (pobreza e pobreza extrema), e abrangendo o período de 2000 a 2023. Apesar da abrangência temporal e geográfica, observa-se que, com exceção de 2018, os dados disponíveis não estão desagregados por cor, raça ou etnia, o que limita sobremaneira a análise interseccional das desigualdades.

Diante dessas limitações analíticas e epistêmicas, a pergunta que orienta esta pesquisa é: de que maneira a aplicação do Índice de Feminidade da Pobreza no Brasil e na Colômbia, sustentado por uma racionalidade moderno-colonial, limita a compreensão do processo de empobrecimento vivido por mulheres negras, e como epistemologias feministas negras e decoloniais podem contribuir para a reconfiguração crítica desses indicadores em contextos latino-americanos marcados por racialização e colonialidade?

A definição de pobreza, quando concebida a partir de um modelo de poder colonial que centraliza o saber na racionalidade moderna e eurocentrada, falha em representar a diversidade histórico-estrutural das sociedades colonizadas. Nesse contexto, os indicadores de pobreza tornam-se instrumentos de validação do conhecimento hegemônico, ocultando as dimensões raciais, culturais e epistêmicas da dominação. Assim, perpetua-se a naturalização da inferiorização de sujeitos subalternizados, dificultando uma compreensão mais justa e abrangente das realidades sociais e das múltiplas formas de opressão enfrentadas por esses indivíduos (Lander, 2000; Quijano, 2005).

A relevância desta pesquisa reside na constatação de que a pobreza é multidimensional, e sua reprodução entre mulheres negras não constitui um fenômeno isolado, mas uma expressão de uma estrutura política, econômica, social e racial. Brasil e Colômbia compartilham uma história marcada pela colonização e pela escravidão, com a consolidação de hierarquias sociais racializadas. A matriz colonial de poder moldou a organização das identidades

raciais e de gênero em ambos os países, classificando as populações negras como subalternas. As mulheres negras, em particular, enfrentam severa precarização das condições de vida, inserção majoritária na informalidade, sobrecarga com o trabalho de cuidado e múltiplas formas de violência – o que reflete a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas herdadas do passado colonial (Viáfara-López; Santos, 2024).

Parte-se da hipótese de que, embora o IFP contribua para evidenciar desigualdades de gênero no acesso a recursos econômicos, ele falha ao ignorar as intersecções entre raça, classe, território e sexualidade. Com isso, reforça uma racionalidade moderno-colonial que reduz a pobreza à insuficiência de renda e desconsidera os efeitos estruturais do neoliberalismo racial, do patriarcado, do sexismo, do racismo e do machismo.

A estrutura do artigo está organizada em quatro seções principais, além desta introdução. Partindo do pressuposto de que todo índice expressa um conceito, a primeira seção apresenta um levantamento teórico sobre a noção de feminização da pobreza, destacando sua formulação inicial, as principais críticas e reformulações recentes. A segunda seção analisa o Índice de Feminidade da Pobreza da Cepal, explorando sua série histórica e a situação específica das mulheres negras. A terceira seção desenvolve uma crítica ao índice a partir das perspectivas decolonial e dos feminismos negros. Por fim, a quarta seção reúne as considerações finais e propõe recomendações voltadas à construção de métricas comprometidas com as múltiplas dimensões da pobreza vivida por mulheres negras latino-americanas.

## Feminização da pobreza: entre críticas e reformulações

---

Tradicionalmente, a mensuração da pobreza tem se baseado em critérios monetários, como a renda domiciliar *per capita*. Embora amplamente difundido e de fácil aplicação comparativa entre países, esse critério desconsidera outras dimensões relacionadas à carência de cidadania e ao exercício de direitos fundamentais. Como alternativa às medidas unidimensionais, Amartya Sen (1999) propõe a noção de privações de capacidades, deslocando o foco da renda para a ausência de liberdades substantivas, tais como o acesso à saúde, à educação e à participação social.

Segundo essa perspectiva, a pobreza é definida pela incapacidade de realizar funcionamentos desejados (estados ou atividades que uma pessoa realiza, como por exemplo: estar bem nutrido, participar da vida comunitária, etc.), mesmo quando os recursos materiais estão disponíveis. Essa concepção influencia o IPM, embora este se limite a mensurar privações simultâneas em áreas definidas como essenciais (Vásquez, 2013).

Outra abordagem relevante é a das necessidades básicas fundamentais (NBF), que inclui tanto o acesso limitado a bens, serviços e direitos quanto a exclusão de poder e de voz na vida social e política (Crespo; Gurovitz, 2002). Portanto, trata-se de um campo em constante desenvolvimento, marcado por disputas metodológicas e pela emergência de contribuições críticas que buscam ampliar a compreensão da pobreza para além dos parâmetros econômicos.

A ampliação do debate acerca das diversas dimensões da pobreza requer também uma análise das desigualdades de gênero, evidenciada pelo conceito de feminização da pobreza.

Formulado pela primeira vez por Diane Pearce, em seu texto intitulado *The feminization of poverty: women, work and welfare*, publicado em 1978 nos Estados Unidos, o conceito de feminização da pobreza emerge em um contexto de crise econômica global, marcado pela crise do petróleo de 1973, que provocou aumento do desemprego e a adoção de políticas de austeridade. Na América Latina, esse cenário agravou o endividamento externo e impulsionou políticas de ajuste estrutural, ampliando a pobreza e impactando desproporcionalmente as mulheres (Tortosa Blasco, 2009, p. 85).

Em sua análise pioneira sobre a feminização da pobreza, Pearce (1978) destacou tanto o crescimento da presença feminina entre a população pobre quanto a centralidade das mulheres nos domicílios chefiados por elas nesse cenário, sendo este último aspecto aquele que acabou predominando em sua formulação teórica (Medeiros; Costa, 2006).

Argumentava-se que o aumento no número de famílias chefiadas por mulheres era um dos principais fatores para o crescimento da pobreza nos Estados Unidos entre o início da década de 1950 e meados da década de 1970. Apontava ainda que essas mulheres, muitas vezes solteiras ou divorciadas, enfrentavam enormes dificuldades econômicas, já que eram responsáveis sozinhas por sustentar suas famílias. Além disso, ganhavam salários mais baixos devido

à desigualdade de gênero no mercado de trabalho e, frequentemente, acesso limitado a benefícios sociais e suporte econômico (Pearce, 1978).

Na década de 1990, o conceito de feminização da pobreza foi incorporado por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), também em planos de desenvolvimento, servindo para justificar a alocação de recursos e a formulação de políticas específicas para mulheres (Aguilar, 2011, p. 128; Costa *et al.*, 2005, p. 8).

Em 1995, a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, fortaleceu esse conceito ao afirmar que a pobreza “tem o rosto de uma mulher”, uma vez que 70% das pessoas em situação de pobreza eram mulheres. Ainda que tenha contribuído para a consolidação política do termo, a difusão do conceito também passou a ser alvo de críticas.

Segundo Medeiros e Costa (2006), a abordagem metodológica de Pearce limita-se à composição da pobreza, sem avaliar sua incidência entre os grupos sociais. Por esse motivo, estudos posteriores passaram a adotar a abordagem “dentro do grupo”, considerada mais adequada para identificar desigualdades na incidência, intensidade e gravidade da pobreza. Parte da literatura que se seguiu modificou a definição original de Pearce e relacionou a feminização da pobreza ao aumento da pobreza em domicílios chefiados por mulheres em comparação aos domicílios chefiados por homens (Peterson, 1987; Pressman, 1988; Northrop, 1990 *apud* Medeiros; Costa, 2006). Outros estudos adotaram a

definição centrada no aumento da pobreza entre mulheres em relação aos homens (Fuchs, 1986; Wright, 1992 *apud* Medeiros; Costa, 2006). Diante da coexistência dessas abordagens, pesquisas mais recentes passaram a utilizar múltiplas definições (Doyley, 1994; Davies; Joshi, 1998 *apud* Medeiros; Costa, 2006).

O Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (Cepal, 2025) define a feminização da pobreza como a sobrerrepresentação das mulheres na população em situação de pobreza e extrema pobreza. Ademais, adota uma abordagem funcionalista, entendendo a pobreza e sua feminização como desequilíbrios a serem corrigidos dentro do sistema socioeconômico, com o aumento da renda feminina ou a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Entretanto, há críticas a esse uso, pois, embora exista uma sobrerrepresentação de pessoas pobres em domicílios chefiados por mulheres, essa constatação não implica, por si só, a ocorrência de um processo generalizado de feminização da pobreza. É preciso demonstrar que essa desigualdade está aumentando ao longo do tempo e de maneira constante. Nesse sentido, não há evidências empíricas consistentes que comprovem um fenômeno recente e disseminado de feminização da pobreza em vários países (Medeiros; Costa, 2008).

A sobrerrepresentação é uma abordagem estática que identifica, em um momento específico, uma maior proporção de mulheres em situação de pobreza, especialmente aquelas que chefiam domicílios. Em contrapartida, a feminização da pobreza é um conceito mais complexo,

referindo-se a um processo histórico que evidencia o aumento da pobreza entre mulheres ao longo do tempo, além de aprofundar desigualdades estruturais que as afetam de maneira persistente. Para que o conceito de feminização da pobreza tenha relevância analítica e política, deve ser compreendido como um fenômeno histórico e estrutural, reconhecendo as diversas formas de empobrecimento enfrentadas por mulheres em contextos marginalizados<sup>1</sup> (Costa *et al.*, 2005).

Outra crítica refere-se à associação automática entre chefia feminina do domicílio e empobrecimento, pois, em muitos contextos, mulheres tornam-se chefes de domicílio independentemente do estado civil, muitas vezes inseridas em dinâmicas de mudança nos arranjos familiares e nas condições materiais de vida. O estado civil – mais do que o sexo da pessoa de referência – é o fator que mais influencia as condições socioeconômicas do domicílio (Liu; Esteve; Treviño, 2017 *apud* Paz, 2022, p. 17).

É fundamental distinguir chefia de jure (estrutural e permanente, como nos casos de viuvez) e chefia de facto (conjuntural e transitória, como em situações de migração ou deslocamento forçado do cônjuge). Essa diferenciação contribui para evitar generalizações indevidas e permite compreender a diversidade de causas e configurações da chefia feminina, que nem

sempre está associada à pobreza. Trata-se, portanto, de adotar uma abordagem menos reducionista, mais situada e sensível às especificidades dos contextos, rompendo com a homogeneização da categoria domicílios chefiados por mulheres (Rajkarnikar; Ramnarain, 2019 *apud* Paz, 2022, p. 17).

A socióloga argentina Paula Lúcia Aguilar (2011, p. 129) argumenta que a ênfase no arranjo familiar – especialmente na ausência de um companheiro masculino – obscurece as dinâmicas de poder de gênero e desconsidera estruturas sociais mais amplas que produzem desigualdade. Tal crítica evidencia que, ao focalizar a chefia feminina como fator explicativo da pobreza, oculta-se a persistência de hierarquias patriarcais, raciais e econômicas que moldam as experiências de empobrecimento das mulheres.

Diante das críticas teóricas e metodológicas que envolvem o conceito de feminização da pobreza, torna-se necessário analisar de que forma esse debate reverbera nas ferramentas estatísticas utilizadas por organismos multilaterais. A seguir, serão discutidos os aspectos conceituais e metodológicos que estruturam o IFP, bem como os limites de sua capacidade explicativa diante das múltiplas opressões vividas por mulheres negras no Brasil e na Colômbia.

## **O Índice de Feminidade da Pobreza da Cepal: entre a opacidade e o apagamento**

Entre os indicadores utilizados pela Cepal, destaca-se o Índice de Feminidade

---

<sup>1</sup> A análise de dados de 1983 a 2003 revelou que, apesar da sobrerrepresentação feminina entre os pobres, não houve um crescimento relativo da pobreza entre mulheres em comparação aos homens, o que inviabiliza a afirmação de um processo de feminização da pobreza nesse período.

da Pobreza (Índice de Feminidade de la Pobreza), calculado com base na razão entre a porcentagem de mulheres e de homens em situação de pobreza, considerando a faixa etária de 20 a 59 anos. Quando o valor do índice é superior a 100, indica-se que há proporcionalmente mais mulheres pobres do que homens nessa faixa etária.

Diferentemente do conceito formulado por Pearce, o IFP não considera os arranjos familiares nem identifica a chefia do domicílio. Seu objetivo é descrever a sobrerrepresentação feminina entre a população pobre com base em microdados de pesquisas domiciliares, adotando uma abordagem estritamente comparativa entre os sexos (Paz, 2022, p. 20).

### [FIGURA 1] Cálculo do Índice de Feminidade da Pobreza

Cuociente entre:

$$P = \left( \frac{mp_i}{mt_i} / \frac{hp_i}{th_i} \right) * 100 = \frac{\% \text{ Mujeres pobres }_i}{\% \text{ Hombres pobres }_i}$$

Donde:

- $mp_i$ : Número de mujeres en hogares pobres de 20-59 años del área  $i$
- $mt_i$ : Número de mujeres en total de hogares de 20-59 años del área  $i$
- $hp_i$ : Número de hombres en hogares pobres de 20-59 años del área  $i$
- $ht_i$ : Número de hombres en total de hogares de 20-59 años del área  $i$

1.2.- Índice de feminidad en la pobreza extrema:

Cuociente entre:

$$P = \left( \frac{mpe_i}{mt_i} / \frac{hpe_i}{th_i} \right) * 100 = \frac{\% \text{ Mujeres en extrema pobreza }_i}{\% \text{ Hombres en extrema pobreza }_i}$$

Donde:

- $mpe_i$ : Número de mujeres en hogares pobres extremos de 20-59 años del área  $i$
- $mt_i$ : Número de mujeres en total de hogares de 20-59 años del área  $i$
- $hpe_i$ : Número de hombres en hogares pobres extremos de 20-59 años del área  $i$
- $ht_i$ : Número de hombres en total de hogares de 20-59 años del área  $i$

Esto es equivalente a la relación entre la tasa de pobreza de las mujeres sobre la tasa de pobreza de los hombres

Fonte: CEPALSTAT.

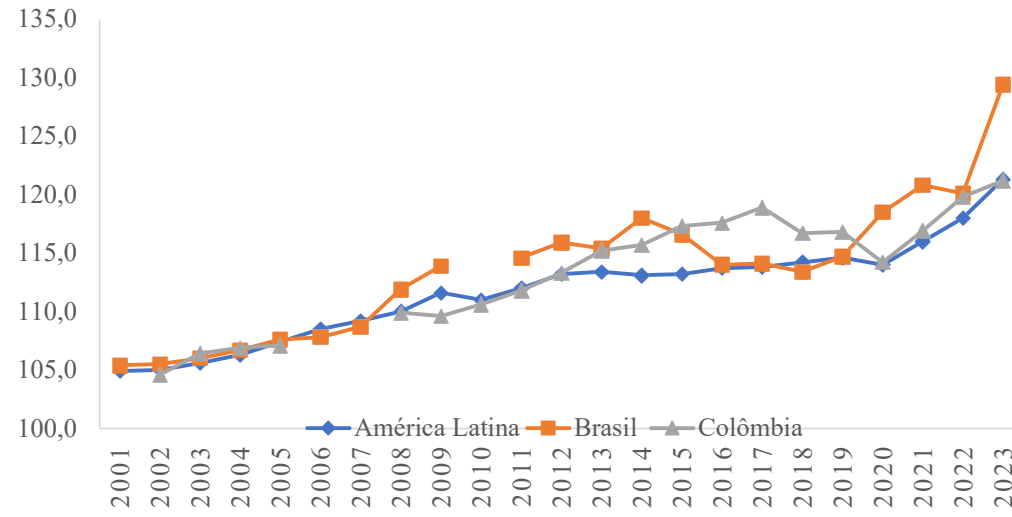
A nota técnica da Cepal ressalta, ainda, o uso de projeções estatísticas na construção do índice regional em detrimento de dados primários obtidos diretamente por meio de pesquisas domiciliares. Essa escolha metodológica levanta questionamentos sobre a precisão das estimativas, especialmente em contextos marcados por rápidas transformações sociais, como durante a pandemia de covid-19.

Segundo o Gráfico 1, a análise da série histórica entre 2001 e 2023 revela

que o IFP não retornou aos patamares observados no início do período, indicando que a pobreza, de forma estrutural, tem adquirido um caráter cada vez mais feminino ao longo do tempo. Embora o crescimento econômico impulsionado pelo *boom* das commodities entre 2003 e 2011 tenha promovido avanços em diversos indicadores sociais, os dados demonstram que tais progressos foram insuficientes para reverter a tendência de feminização da pobreza.

## [GRÁFICO 1]

## Índice de Feminidade da Pobreza na América Latina, Brasil e Colômbia de 2001 a 2023



Fonte: CEPALSTAT.

Adicionalmente, períodos de crise, como a recessão econômica de 2015-2016 e a pandemia de covid-19 entre 2020 e 2023, agravaram as desigualdades de gênero, afetando desproporcionalmente as mulheres, sobretudo aquelas em contextos de maior vulnerabilidade. Em 2023, observa-se um aumento significativo do índice, que passou de 120,1 em 2022 para 129,4, evidenciando o aprofundamento da desigualdade de gênero na distribuição da pobreza.

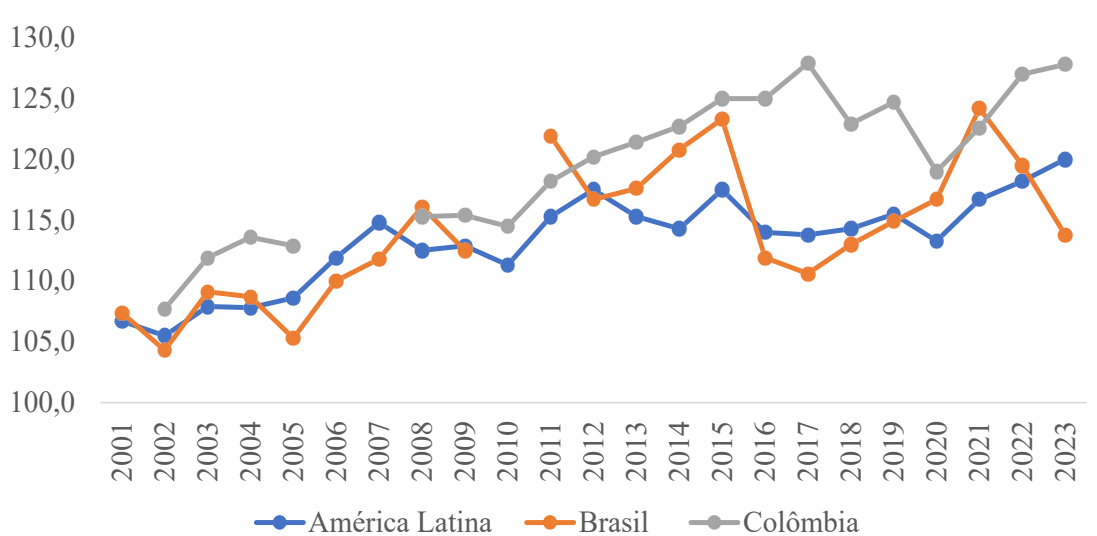
No que diz respeito à pobreza extrema, no Gráfico 2 se observam variações significativas que se correlacionam com os ciclos econômicos e crises do período. De modo geral, constata-se uma crescente feminização da pobreza extrema na região, embora com flutuações importantes entre os contextos nacionais. Entre 2003 e 2011, esperava-se que o crescimento econômico resultasse na redução da pobreza extrema – inclusive entre as mulheres. No entanto, o índice não apresenta uma trajetória de

queda consistente. Na América Latina, seu crescimento moderado revela que os benefícios desse ciclo não foram distribuídos de forma equitativa entre homens e mulheres em situação de pobreza extrema.

A Colômbia apresenta aumentos acentuados no índice a partir de 2003, superando a média regional em quase todos os anos subsequentes. O Brasil, por sua vez, mostra maior instabilidade, refletindo tanto mudanças metodológicas quanto oscilações nas políticas sociais e na conjuntura econômica.

Entre 2020 e 2021, novas variações são registradas. Contudo, as medidas emergenciais e os programas de transferência de renda implementados a partir de 2022 não conseguiram reverter as desigualdades estruturais de gênero. Em 2023, a Colômbia mantém índices elevados, enquanto o Brasil apresenta um recuo significativo, aproximando-se dos níveis observados em 2009.

[GRÁFICO 2]  
Índice de Feminidade da Pobreza Extrema na América  
Latina, Brasil e Colômbia de 2001 a 2023



Fonte: CEPALSTAT

Em relação à área geográfica, é possível desagregar os dados de pobreza e pobreza extrema nas categorias urbana e rural, com base nas informações disponíveis entre 2001 e 2023. No meio urbano, observa-se um crescimento contínuo do IFP, com destaque para o Brasil, onde há um aumento expressivo a partir de 2018, refletindo o agravamento das desigualdades de gênero nas cidades. A Colômbia, embora registre oscilações, mantém níveis elevados de feminização da pobreza urbana – tanto extrema quanto geral –, evidenciando a persistência dessas desigualdades.

No meio rural, a Colômbia apresenta os maiores índices de feminização da pobreza – tanto extrema quanto geral –, com crescimento ao longo dos anos. Esses dados sugerem a presença de desigualdades de gênero estruturais nas zonas rurais. No Brasil, o índice de feminidade da pobreza extrema rural apresenta forte instabilidade, o que pode indicar vulnerabilidades específicas

em períodos de crise e a presença de políticas públicas pouco consistentes. Já no caso da pobreza rural geral, observa-se uma relativa estabilidade, com variações discretas ao longo do tempo.

A média regional da América Latina, por sua vez, revela um comportamento mais estável, sem grandes oscilações. No entanto, essa aparente estabilidade pode mascarar desigualdades profundas nos contextos nacionais, como demonstram os casos do Brasil e da Colômbia.

Apesar da expressiva presença demográfica e da centralidade dos afrodescendentes na conformação social, histórica e econômica da região – especialmente das mulheres negras, que enfrentam múltiplas formas de opressão articuladas ao racismo, ao sexismo e à exploração de classe –, o índice não apresenta, para essa série histórica, desagregação por cor, raça ou etnia.

O relatório da Cepal *Afrodescendientes y la matriz de la desigualdad social en América Latina: retos para la inclusión* (2020) apresenta o IFP com valores referentes ao ano de 2018: 114,8 para o Brasil e 121,0 para a Colômbia. Esses dados indicam que, em ambos os países, as mulheres afrodescendentes enfrentam níveis significativamente mais altos de pobreza em comparação aos homens afrodescendentes.

Complementando essa informação, no Brasil destaca-se a taxa de pobreza de 35,5% entre mulheres afrodescendentes em domicílios monoparentais (Cepal, 2020). Essa realidade é agravada pela desigualdade na divisão do trabalho não remunerado: mulheres afrodescendentes dedicam, em média, 12 horas semanais ao trabalho doméstico não pago, enquanto os homens afrodescendentes dedicam apenas 5 horas. Essa sobrecarga compromete a inserção formal dessas mulheres no mercado de trabalho, reforçando barreiras econômicas e sociais. Além disso, no que se refere ao rendimento mensal do trabalho, as mulheres afrodescendentes recebem apenas 43% do que recebem os homens não afrodescendentes (Cepal, 2020), revelando a persistência das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

A condição estrutural das mulheres negras no Brasil é marcada por sua inserção majoritária no trabalho doméstico, em posições historicamente desvalorizadas, com baixa remuneração e escassa proteção social – consequência direta da interseção entre racismo e sexismo. Os estereótipos da “mulata” e da “mãe preta” sustentam formas simbólicas e materiais de subalternização, naturalizando sua presença em ocupações de cuidado

e reforçando sua vulnerabilidade socioeconômica (Gonzalez, 2020b).

A análise de Sueli Carneiro (2001) complementa essa crítica ao denunciar a universalização da experiência das mulheres brancas de classe média como paradigma analítico do feminino. Esse enquadramento silencia as vivências das mulheres negras e impede que indicadores como o IFP reconheçam categorias construídas a partir de suas experiências situadas, operando, assim, como instrumentos de reforço das desigualdades epistêmicas e políticas. O trabalho doméstico – majoritariamente exercido por mulheres negras – é central para a reprodução do capital, embora continue sendo invisibilizado e precarizado (Almeida, 2022).

Como observam Chant (2003) e Tortosa Blasco (2009, p. 90), mesmo as análises que reconhecem a sobrecarga do trabalho reprodutivo feminino frequentemente negligenciam os elementos culturais, simbólicos e institucionais que moldam a feminização da pobreza – aspecto central nas abordagens do feminismo negro brasileiro.

Na Colômbia, a situação é ainda mais alarmante: a pobreza entre mulheres afrodescendentes em domicílios monoparentais atinge 47,9% (Cepal, 2020). A divisão do trabalho não remunerado é profundamente desigual: as mulheres dedicam, em média, 17,8 horas semanais a essas tarefas, enquanto os homens afrodescendentes dedicam apenas 4,9 horas (Cepal, 2020). As representações sociais associam as mulheres negras a funções de cuidado, como cozinheiras, lavadeiras e babás, perpetuando estigmas que dificultam seu acesso a ocupações qualificadas. Em termos de rendimento mensal, as mulheres

afrodescendentes recebem 66,2% do rendimento dos homens não afrodescendentes (Cepal, 2020) – percentual ligeiramente superior ao registrado no Brasil, mas que ainda revela uma desigualdade significativa.

As feministas negras colombianas oferecem contribuições fundamentais para a compreensão dessas desigualdades. Mara Viveros Vigoya (2018, p. 43) analisa como as masculinidades de homens negros são desvalorizadas no contexto patriarcal, o que se manifesta na menor adesão aos papéis tradicionais de gênero e na hipersexualização. Essa dupla marginalização – racista e patriarcal –, que oscila entre exclusão e fetichização, também influencia a distribuição das tarefas domésticas, cuja sobrecarga recai sobre as mulheres.

Patrício (2023, p. 6) complementa essa análise ao apontar que a baixa participação dos homens afrodescendentes nas tarefas domésticas está relacionada tanto ao patriarcado – que delega essas atividades às mulheres – quanto ao racismo estrutural, que empurra os homens negros para empregos extenuantes e precários, afastando-os da esfera familiar.

Betty Ruth Lozano Lerma (2010) evidencia os efeitos da expropriação histórica de terras, da pobreza estrutural e da marginalização institucionalizada sobre as mulheres negras, especialmente na região do Pacífico colombiano. Muitas dessas mulheres, além de chefiar seus lares, atuam como trabalhadoras domésticas e lideranças comunitárias, frequentemente sem reconhecimento ou remuneração. Lozano Lerma identifica estereótipos sociais – como o da “servente”, da “puta” e da “matrona” – como mecanismos de controle simbólico

e material que restringem sua autonomia e perpetuam sua exploração.

Apesar da invisibilidade institucional, essas mulheres acumulam uma longa trajetória de resistência: criam estratégias de sobrevivência, lideram agregados familiares e se engajam politicamente na transformação de realidades profundamente marcadas pelos legados da escravidão e do colonialismo. A ausência dessas experiências nos indicadores convencionais revela o risco de que instrumentos como o IFP acabem por reproduzir a mesma estrutura de exclusão que se propõem a combater.

Diante dessas críticas, impõe-se o desafio de construir alternativas metodológicas que incorporem princípios interseccionais, decoloniais e dos feminismos negro-latino-americanos, a fim de elaborar indicadores mais justos, situados e representativos das experiências concretas das mulheres negras na América Latina.

### **Crítica decolonial e feminista negra ao índice da Cepal**

---

A crítica ao IFP da Cepal, sob a ótica das epistemologias feministas negras e decoloniais, evidencia limitações que vão além dos aspectos técnicos da mensuração. O IFP está ancorado em concepções modernas e universalizantes de pobreza e desenvolvimento, que ignoram as estruturas coloniais e raciais ainda operantes no mundo contemporâneo.

Recorrendo às epistemologias decoloniais, como a de Aníbal Quijano (2005),

compreende-se a modernidade como um processo histórico intrinsecamente ligado à constituição da América e à emergência do capitalismo colonial/moderno. Não se trata apenas de uma sucessão de inovações tecnológicas, científicas ou culturais, mas da consolidação de um padrão de poder global que articula dimensões econômicas, políticas, culturais e subjetivas, todas subordinadas à lógica capitalista e à dominação colonial.

Para Quijano (2000, p. 118-119), essa lógica fundou uma classificação social baseada na raça, articulando-a à divisão internacional do trabalho e produzindo uma hierarquia global que ainda persiste. Identidades racializadas foram historicamente associadas a funções econômicas específicas – sobretudo ligadas ao trabalho não assalariado, explorado ou precarizado –, consolidando uma divisão racial do trabalho em escala planetária (Quijano, 2005, p. 119-120).

A hegemonia europeia no mercado mundial se legitimou como centro da modernidade, sustentada por uma narrativa de superioridade cultural e racial que relegou as demais regiões a posições subalternas (Quijano, 2005, p. 124-125). Assim, a articulação entre classificação racial, controle do trabalho e eurocentrismo consolidou um padrão global de poder que continua a estruturar as desigualdades contemporâneas. Mesmo após o fim formal do colonialismo, a lógica da colonialidade segue operando.

Como parte do projeto moderno/colonial, a colonialidade do saber se constituiu em um processo no qual o conhecimento europeu-ocidental se impõe como universal e superior, deslegitimando outras

formas de saber – indígenas, africanas, populares, orais – classificadas como atrasadas, primitivas ou inválidas. Não se trata apenas de dominação econômica ou política, mas de uma dominação epistêmica que define quem pode produzir conhecimento legítimo e quem é relegado à ignorância ou à tradição (Lander, 2000, p. 10).

Esse regime de autoridade do saber, que reconhece como legítimos determinados sujeitos e tradições (por exemplo, homens brancos, acadêmicos do Norte Global, economistas neoclássicos), enquanto deslegitima outros (como mulheres negras, povos indígenas, saberes comunitários), sustenta a suposta neutralidade dos indicadores sociais e econômicos. Indicadores como linha de pobreza, renda *per capita* ou mesmo índices multidimensionais, quando formulados a partir de epistemologias excludentes, não apenas descrevem a realidade, mas impõem uma visão de mundo – geralmente ocidental, desenvolvimentista e individualista. Dessa forma, acabam reproduzindo as desigualdades que afirmam combater: epistêmicas, por invisibilizarem saberes e experiências locais; políticas, por orientarem decisões públicas com base em critérios exógenos; e sociais, por definirem quem é “carente” ou “desenvolvido” a partir de padrões coloniais e eurocentrados (Rahnema, 2000, p. 161).

O filósofo jamaicano Charles Mills, embora não se insira diretamente no campo das epistemologias decoloniais, oferece uma contribuição fundamental para a compreensão do racismo estrutural ao desenvolver a teoria do contrato racial. Segundo o autor, a modernidade foi consolidada a partir de um acordo tácito entre sujeitos brancos, que naturalizou a

supremacia racial como base legítima das desigualdades sociais e políticas. Esse contrato operou como um mecanismo de exclusão que apagou os sujeitos não brancos das estruturas universais de cidadania e da própria produção do conhecimento (Mills, 1997, p. 20). Nesse contexto, indicadores que não incorporam a raça como categoria analítica central tendem a reproduzir os efeitos desse contrato, perpetuando a invisibilidade das populações negras. Tal exclusão resulta na marginalização desses grupos em relação aos referenciais normativos que definem o bem-estar e o desenvolvimento dentro da racionalidade moderna.

A concepção moderna de pobreza está inserida em um sistema de binarismos coloniais que a naturaliza, desvinculando-a de sua construção histórica e relacional. Nesse paradigma, a pobreza é associada à “infância” dos povos não europeus, sendo vista como sinônimo de atraso, falta e subdesenvolvimento – em oposição ao desenvolvimento, progresso e civilização atribuídos ao Norte Global. As ciências sociais aplicadas, ao definirem e mensurarem a pobreza com base em indicadores pretensamente objetivos e universais – como renda, consumo ou acesso a bens –, perpetuam uma episteme colonial que ignora condições históricas, culturais, raciais e territoriais das populações afetadas pela colonialidade. Essa abordagem reflete um binarismo que impõe um modelo eurocentrado de bem-estar como a única referência válida, deslegitimando outras formas de vida e concepções de riqueza, comunidade e dignidade (Castro-Gómez, 2005, p. 93).

Durante o período colonial, prevalecia a crença de que os “nativos”, ainda que educáveis, estavam fadados à pobreza, e que

seu desenvolvimento econômico era irrelevante. No entanto, sociedades asiáticas, africanas, latino-americanas e indígenas da América do Norte tinham formas próprias de compreender e enfrentar a pobreza, baseadas em princípios de comunidade, frugalidade e suficiência. Com a ascensão do capitalismo, a pauperização sistêmica tornou-se uma realidade estrutural (Escobar, 2014, p. 70).

Embora reconheça a importância da teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano, Lugones destaca suas limitações, pois o autor reduz o gênero à diferença sexual biológica, negligenciando seu caráter histórico e socialmente construído. Ao articular colonialismo, capitalismo e racismo, Quijano omite o patriarcado como estrutura constitutiva da dominação moderna-colonial e estabelece uma hierarquia entre as opressões, subordinando o gênero à raça e à classe. Ao propor o conceito de *colonialidade de gênero*, Lugones expande essa crítica, demonstrando que a modernidade impôs uma ordem heterossexual, binária e patriarcal que apagou epistemologias e existências de mulheres racializadas (Lugones, 2008, p. 78-84).

Ainda que operem em registros teóricos distintos, é possível estabelecer um diálogo entre a crítica estrutural de María Lugones e a proposta metodológica de Kimberlé Crenshaw.

Crenshaw (2002) propõe a interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender como raça, classe e gênero operam de forma interdependente na configuração das desigualdades sociais. Sua abordagem evidencia que a ausência dessa perspectiva nos sistemas jurídicos,

nas políticas públicas e nos instrumentos estatísticos contribui para a persistente invisibilização das mulheres negras e racializadas. Isso reforça a urgência de análises integradas que reconheçam a complexidade das formas contemporâneas de exclusão. Complementarmente, Patricia Hill Collins (2019, p. 276) propõe o conceito de matriz de dominação, que evidencia como raça, gênero, classe e outros marcadores sociais operam simultaneamente tanto no nível institucional quanto na experiência cotidiana dos sujeitos.

No debate sobre o IFP, é importante observar a própria escolha do termo “feminidade” (feminidad). Segundo Mayobre (2006), Santillán (2006) e Tubert (2010) (*apud* Sojo-Mora, 2020), o conceito de feminidade refere-se a uma construção social, histórica e relacional, não sendo determinado por características biológicas, mas por normas culturais e relações de poder que moldam o que se entende como “feminino”. Ao adotar categorias fixas de “mulheres” e “homens”, baseadas exclusivamente na variável biológica do sexo, a Cepal incorre em uma concepção essencialista de feminidade, desconsiderando sua complexidade teórica, sobretudo conforme elaborada por perspectivas críticas, como o feminismo decolonial.

Nesse sentido, a crítica de Maria Lugones (2008) torna-se particularmente relevante ao mostrar que muitas sociedades pré-coloniais não se organizavam com base em categorias de gênero binárias ou hierarquizadas. Ao desnaturalizar tais classificações, Lugones desafia as epistemologias ocidentais que sustentam o sistema moderno-colonial de gênero, desestabilizando a universalidade das categorias

“homem” e “mulher” e revelando seu papel como instrumentos de dominação racial e colonial. O uso do termo “feminidade” torna-se, portanto, inadequado, sobretudo quando a categoria “mulheres” é tratada como homogênea, apagando as desigualdades intragênero e as condições historicamente mais adversas enfrentadas pelas mulheres negras.

A interpretação da pobreza está diretamente relacionada à ideia de desenvolvimento, pois é a partir deste que se constroem os marcos discursivos e institucionais que nomeiam, classificam e definem os sujeitos considerados pobres. Inserido em uma lógica marcada pela colonialidade, o conceito de desenvolvimento – de matriz eurocêntrica – foi historicamente imposto às sociedades periféricas, desconsiderando dinâmicas locais e saberes situados (Escobar, 2014).

Nesse sentido, o desenvolvimento enquanto discurso hegemônico ultrapassa as práticas técnicas ou econômicas: configura-se como um regime de representação e poder que transforma países da Ásia, África e América Latina em objetos de intervenção. Entre as décadas de 1950 e 1970, esse discurso passou a ser a única forma legítima de tratar as questões sociais dessas regiões, criando identidades como “subdesenvolvido” e “atrasado” e forjando uma subjetividade marcada pela carência e passividade (Escobar, 2014).

Quando um sistema define quem pode pensar, ensinar ou ser respeitado – e, portanto, quem não pode –, as métricas de pobreza deixam de ser instrumentos neutros de diagnóstico e passam a funcionar como dispositivos que reforçam hierarquias epistêmicas, políticas e

sociais (Rahnema, 2000, p. 161). A definição moderna de pobreza, baseada em renda, consumo e Produto Nacional Bruto (PNB), nasce de um paradigma ocidental, racionalista e economicista, que se consolida com o Iluminismo e se intensifica no pós-guerra. Esse paradigma não apenas mede a pobreza, mas a impõe como categoria universal, desconsiderando experiências locais e modos de vida diversos (Rahnema, 2000, p. 178).

A concepção de território como categoria política é central no pensamento de Lélia Gonzalez, especialmente por meio da noção de amefricanidade. Ao introduzir esse conceito, Gonzalez (2020a) denuncia o apagamento das contribuições culturais, políticas e epistêmicas dos povos negros e indígenas na formação da América Latina, criticando a invisibilidade colonial que permeia o pensamento latino-americano. A amefricanidade representa, assim, uma reinterpretação histórica e política dos sujeitos racializados e de seus territórios, reconhecendo-os como centrais na constituição das sociedades latino-americanas.

Sob essa perspectiva, os dados sobre a segregação territorial de mulheres negras nas periferias urbanas brasileiras e das comunidades afrocolombianas na região do Pacífico não são meramente espaciais, mas revelam processos de racialização do espaço social. Essa racialização atua como mecanismo de perpetuação da pobreza e da exclusão, afetando de maneira particular os corpos femininos e negros. No Brasil, a presença contínua de mulheres negras em territórios periféricos expressa a continuidade histórica da lógica colonial, que naturaliza sua inserção em contextos de precariedade, violência e ausência de direitos.

Na Colômbia, a marginalização das comunidades afrodescendentes em áreas afastadas dos centros de decisão política e econômica demonstra como o território opera como marcador de cidadania racializada.

Incorporar a dimensão territorial aos indicadores de pobreza implica reconhecer a amefricanidade como categoria analítica e política, que desafia os modelos universalizantes de mensuração da desigualdade. Isso evidencia que a pobreza enfrentada por mulheres negras não se resume à renda ou ao acesso a bens materiais, mas está profundamente enraizada na geopolítica do racismo e na historicidade dos territórios racializados. Como defende Gonzalez (2020a), é na articulação entre cultura, raça, gênero e território que se deve construir uma leitura situada da América Latina, capaz de visibilizar os sujeitos subalternizados e reivindicar sua centralidade na produção do saber e participação política.

Essa abordagem converge com as propostas de autores como Arturo Escobar (2014), que compreende os territórios como campos de disputa epistemológica e política, nos quais se expressam os efeitos do colonialismo interno e do capitalismo periférico. Além disso, Viáfara-López (2019) ressalta que as desigualdades sociais não se distribuem de maneira homogênea no território, mas se interligam a marcadores de raça, gênero e classe, resultando em formas específicas de exclusão conforme a localidade. No Brasil, a permanência de mulheres negras em áreas urbanas periféricas expressa um processo de racialização da geografia urbana. Na Colômbia, a segregação das comunidades afrodescendentes no Pacífico denuncia um padrão de exclusão socioespacial que remonta às lógicas

coloniais, agravado por conflitos armados e pela ausência estrutural do Estado.

## Considerações finais e recomendações

---

Apesar de incorporar a dimensão de gênero nas análises de pobreza, o Índice de Feminidade da Pobreza (IFP) apresenta limitações analíticas e epistemológicas ao adotar a renda como critério central, negligenciando dimensões simbólicas, subjetivas e estruturais – como o racismo, a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado. A ausência de recortes interseccionais por raça, classe e território compromete sua capacidade de refletir a complexidade das opressões que estruturam a feminização da pobreza na América Latina. Essas limitações não se restringem a falhas técnicas, mas revelam a adesão a paradigmas universais e eurocêntricos, distantes das especificidades regionais e das críticas formuladas por epistemologias feministas negras e decoloniais.

Recomenda-se à Cepal uma revisão crítica dos fundamentos epistemológicos que sustentam o IFP, superando abordagens normativas, binárias e coloniais de pobreza e desenvolvimento. É essencial incorporar perspectivas construídas a partir do Sul Global, especialmente aquelas formuladas por feminismos negros e decoloniais. Nesse sentido, destaca-se a importância do conceito de América Latina, proposto por Lélia Gonzalez (2020b), por sua potência em articular pertencimentos transétnicos

e históricos, rompendo com a lógica universalizante da modernidade e contribuindo para leituras descolonizadoras da pobreza.

Recomenda-se, também, substituir a racionalidade positivista, eurocêntrica e androcentrista – que privilegia apenas o que é quantificável – por uma epistemologia situada, comprometida com as experiências históricas, raciais e territoriais de mulheres negras e periféricas. A feminização da pobreza deve ser compreendida não apenas como um fenômeno estatístico, mas como uma realidade vivida, atravessada por colonialismo, racismo e patriarcado.

É fundamental ampliar a base de dados utilizada na construção do índice, integrando recortes interseccionais de raça, classe, território e gênero, bem como incluir dados qualitativos capazes de captar as dimensões subjetivas, relacionais e contextuais da pobreza. Recomenda-se o desenvolvimento de indicadores complementares que contemplem o trabalho reprodutivo não remunerado, a violência de gênero, as dinâmicas familiares, a participação política e a autonomia econômica, reconhecendo a centralidade dessas dimensões nas condições de vida das mulheres.

A Cepal deve, ainda, fortalecer o diálogo com pesquisadoras, movimentos sociais e instituições que atuam com populações racializadas, indígenas e periféricas, reconhecendo os saberes e trajetórias das mulheres negras como centrais para a produção de conhecimento e para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes. É igualmente necessário construir indicadores em diálogo direto com os sujeitos das políticas, especialmente mulheres negras chefes de família em contextos periféricos.

Por fim, é imprescindível que os instrumentos de mensuração da pobreza deixem de universalizar parâmetros ocidentais de bem-estar e desenvolvimento. Ao adotar uma perspectiva decolonial, enraizada nas epistemologias do Sul e nos feminismos afro-latino-americanos, a Cepal poderá ampliar a sensibilidade de seus indicadores, contribuindo para análises mais contextualizadas e para políticas públicas mais equitativas e representativas das múltiplas formas de existência, resistência e produção de vida das mulheres negras na América Latina e no Caribe. ■

**[ YONÁ DOS SANTOS ]**

Graduada em Ciências Econômicas pela PUC-SP e em Filosofia pela USP, mestre em Ciências Políticas pela USP e doutoranda pelo PROLAM USP. Integra o grupo de estudos NUPDELAS, com foco em estudos interseccionais de gênero, raça e classe na América Latina.  
E-mail: yonasantos77@gmail.com

## Referências

---

AGUILAR, Paula Lucía. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/M7zzFssbz6WFhLhTbPpB6DH/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ALMEIDA, Miléia Santos. As mulheres e o capital: notas sobre a exploração do trabalho feminino na produção e reprodução do capitalismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 228-244, 2022. DOI:10.9771/gmed.v14i2.48093. Acesso em: 13 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Artigos – NEABI**, Recife, 2001. Disponível em: <https://tinyurl.com/29epsn46>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 169-186.

CHANT, Sylvia. **Nuevas contribuciones al análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género**. Santiago: CEPAL, 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/2psy2vcd>. Acesso em: 30 dez. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CEPAL. **Afrodescendentes e a matriz de desigualdade na América Latina: desafios para a inclusão**. Santiago: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4fdcw9v3>. Acesso em: 13 abril 2025.

CEPAL. **Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2025. Disponível em: <https://oig.cepal.org/es>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CEPAL. **CEPALSTAT: banco de dados estatísticos sobre América Latina e Caribe**. Santiago: CEPAL, [s.d.]. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/>. Acesso em: 13 maio 2025.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, Brasília, DF, n. 1137, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

CRESPO, Horacio; GUROVITZ, Eduardo. **Pobreza e desigualdade social na América Latina**. México: Editorial Porrúa, 2002.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdf4ns6c>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FERES, Juan Carlos; MANCERO, Xavier. Enfoques para la medición de la pobreza: breve revisión de la literatura. **Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos**, Santiago, n. 4, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/4740>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GONZALEZ, Lélia A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia.; LIMA, Márcia. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.

LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <https://tinyurl.com/2a5dj9ea>. Acesso em: 13 abr. 2025.

LOZANO LERMA, Betty Ruth. Mujeres, matronas y putas: genealogía de la feminidad negra en Colombia. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 36, p. 36-47, 2010.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 14 abr. 2025

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. Poverty among women in Latin America: feminization or over-representation? **International Poverty Centre**, Brasília, DF, n. 20, p. 1-28, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/3yhp47ju>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MILLS, Charles W. **The racial contract**. Ithaca: Cornell University Press, 1997. Disponível em: <https://tinyurl.com/4wrnytw2>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PATRÍCIO, Cláudio Junio. A dor invisível: reflexões sobre o sofrimento do homem negro numa sociedade patriarcal e racista. **SciELO Preprints**, [S. l.], 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7021>. Acesso em: 24 dez. 2024.

PAZ, Jorge Augusto. Feminización de la pobreza en América Latina. **Notas de Población**, Santiago, n. 114, p. 11-36, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/218234>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work, and welfare. **Urban and Social Change Review**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 28-36, 1978. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ182487>. Acesso em: 14 abr. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <https://tinyurl.com/zmc49efr>. Acesso em: 14 abr. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAHNEMA, Majid. Verbete “pobreza”. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 229-250.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOJO-MORA, Blanca Luz. El significado de la feminidad: estudio basado en relatos de vida de mujeres. **Revista Espiga**, San José, v. 19, n. 39, p. 46-62, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/sx9ad5cu>. Acesso em: 13 abr. 2025.

TORTOSA BLASCO, José María. Feminización de la pobreza y perspectiva de género. *Revista Internacional de Organizaciones*, n. 3, p. 71-89, 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/3besxx2m>. Acesso em: 14 abr. 2025.

VÁSQUEZ, Enrique. **Las políticas y programas sociales del gobierno de Ollanta Humala desde la perspectiva de la pobreza multidimensional**. Lima: Universidad del Pacífico, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdf3vjzv>. Acesso em: 14 abr. 2025.

VIÁFARA-LÓPEZ, Carlos Augusto. **Genocidio estadístico de la población NARP: Algunas consideraciones**. Debate de control político al Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) Censo Poblacional Comunidades Negras y resultados para el municipio Riosucio (Chocó). Comisión I de la Cámara de Representantes, Bogotá, Colombia, 25 de noviembre de 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/4crz337n>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VIÁFARA-LÓPEZ, Carlos Augusto; SANTOS, Yoná dos. Ascensos e descensos na população afrodescendente na América Latina: as experiências da Colômbia e Brasil nos censos de 2018 e 2022. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, v. 23, n. 50, p. 163-196, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/493683er>. Acesso em: 14 abr. 2025.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.